

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM SERVIÇO SOCIAL**

MAUREN FERREIRA LOPES

O MUSEU NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA

**MATINHOS – PR
2010**

MAUREN FERREIRA LOPES

O MUSEU NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA

Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista em Serviço Social – A Questão Social sobre a Perspectiva Interdisciplinar – no Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Graciela Ines Presas Areu

**MATINHOS – PR
2010**

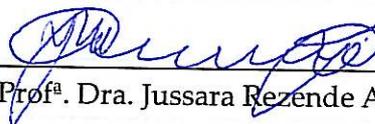
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Doutora **GRACIELA INÊS PRESAS AREU**, realizaram em **06/11/2010** a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **MAUREN FERREIRA LOPES**, sob o título "**O MUSEU NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA**", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

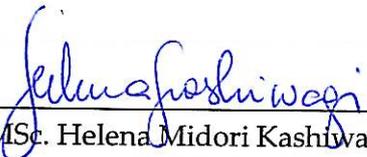
Matinhos, 06 de Novembro de 2010.



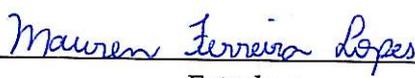
Prof^a. Dra. Graciela Inês Presas Areu



Prof^a. Dra. Jussara Rezende Araújo



Prof^a. MSc. Helena Midori Kashiwagi



Estudante
Mauren Ferreira Lopes

Conceitos:

APL = Aprendizagem Plena

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS REQUISITOS APONTADOS PELA BANCA PARA O ACEITE FINAL DO TRABALHO.



Ao Arthur, meu filho.
Razão de todo meu esforço e dedicação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, benção e proteção.

A professora Graciela Ines Presas Areu, pela orientação, apoio, incentivos, confiança e principalmente pela amizade.

Aos amigos e amigas do curso de pós-graduação, pelo companheirismo e colaboração.

A minha família por toda confiança depositada.

A todos que de alguma forma contribuíram com este trabalho, minha gratidão e obrigada,

Mauren Ferreira Lopes

Matinhos, 06 de novembro de 2010

*A memória coletiva é um conjunto de lembranças
ativadas pelo filtro do presente. Elas constituem
assim um patrimônio que, vivenciado por um grupo
de pessoas, se atualiza no momento de cada
rememoração.*

Renato Ortiz

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar o Museu dentro da comunidade como agente fundamental na recuperação da memória, e de agente mantenedor da identidade e de resistência e preservação dos grupos sociais onde estão inseridos. A museologia contemporânea destaca a importância da relação entre museu e comunidade partindo do conceito de patrimônio como conjunto de referências materiais e não-materiais definidoras da identidade dos diferentes grupos humanos, no tempo e no espaço. A apropriação do termo patrimônio se faz extremamente urgente no sentido do indivíduo sentir-se pertencente a uma cultura e conscientizar-se da importância dessa transmissão às gerações futuras, onde compreende-se que a cultura pode expressar-se de diferentes formas, e com isso ressaltar o sentimento de pertença dentro de uma determinada cultura. O direito ao passado e a memória mostra-se como uma das questões sociais presentes no litoral paranaense, onde faz-se necessária a construção de uma identidade com o apoio de um museu que esteja voltado aos valores culturais locais e.

Palavras-chave: Museu. Patrimônio. Questão Social. Litoral Paranaense. Identidade.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the Museum within the community as the key agent in memory retrieval, and agent maintainer of the identity and strength and continuity of social groups where they belong. The contemporary museology highlights the importance of the relationship between museum and community based on the concept of heritage as a set of references materials and non-material defining the identity of various groups of people in time and space. The appropriation of the term heritage is extremely urgent to make the individual feel belonging to a culture and become aware of the importance of this transmission to future generations, where it is understood that culture can express itself in different ways, and thus emphasize the sense of belonging within a particular culture. The right to the past and the memory shows up as a social issues present in the coast of Paraná, where it is necessary the construction of an identity with the support of a museum that is returned to local cultural values.

Keywords: Museum. Heritage. Social Issue. Coast of Paraná. Identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. O MUSEU	10
1.1 O MUSEU E A HISTÓRIA	10
1.2 IMPORTÂNCIA SOCIAL DA RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA	11
1.3 ORIGEM DA PALAVRA MUSEU	13
1.3.1 O colecionismo	14
1.3.2 O museu itinerante	14
1.4 O MUSEU COMO INSTITUIÇÃO	15
1.4.1 O universal na contemporaneidade	16
1.4.2 Imaginação simbólica	18
1.5 O PATRIMÔNIO	20
1.6 CONSELHO INTERNACIONAL DOS MUSEUS	21
2. O MUSEU NO BRASIL	22
2.1 HISTÓRICO	22
2.2 DEFESA DO ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO BRASIL	23
2.2.1 Decreto Lei nº 25	23
2.2.2 IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus	23
2.2.2.1 Sistema Brasileiro de Museus – SBM	23
2.3 O PARANÁ NA ERA DOS MUSEUS	25
2.3.1 O Museu Paranaense	25
2.3.1.1 O Museu Paranaense no Museu Nacional	26
3. MUSEOLOGIA	28
3.1 A MUSEOLOGIA COMO ÁREA DO CONHECIMENTO	28
3.1.1 O museólogo	28
3.2 UMA NOVA MUSEOLOGIA	30
3.2.1 Conceituação	30
4. A QUESTÃO SOCIAL NA MUSEOLOGIA	33
4.1 A RELAÇÃO MUSEU SOCIEDADE	33
4.2 O MUSEU NO LITORAL PARANAENSE	34
4.2.1 O museu em Matinhos	34
4.3 O MUSEU EM MATINHOS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
BIBLIOGRAFIAS	40
REFERÊNCIAS DIGITAIS	42
ANEXO 1	43
ANEXO 2	47

INTRODUÇÃO

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação desses bens, assim como, no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Ao conhecer os elementos que compõem a riqueza e diversidade originários de diferentes grupos étnicos e culturais, a comunidade pode, perceber à multiplicidade de expressões com que a cultura se manifesta, e, observar seu papel dentro da composição cultural, como uma das variáveis dentro de tantas formas de expressão, ressaltando a tolerância frente as demais formas de cultura.

Como cada cultura forma um sistema cujos elementos são interdependentes, não se pode estudá-los separadamente (Malinowski *apud* Cuche, 2002, p.71), assim pode-se observar que: “[em toda cultura] cada costume, cada objeto, cada idéia e cada crença exercem uma certa função vital, têm uma certa tarefa a realizar, representam uma parte insubstituível da totalidade orgânica”. (CUCHE, 2002 p. 71).

Partindo dessa totalidade, o indivíduo pode-se perceber como participante do todo num processo dinâmico de socialização, onde se aprende a fazer parte de um grupo social e também construir sua própria identidade adquirindo o sentimento de pertença à cultura local que se faz extremamente necessário e urgente no litoral, devido ao descaso das comunidades locais com sua cultura e sua identidade.

O objeto de estudo da presente pesquisa é o museu como agente construtor e mantenedor da memória no litoral do Paraná. De forma mais específica, este trabalho se propõe a tratar das ações vinculadas ao museu e a museologia no resgate da memória e na construção da identidade do litoral paranaense, onde os indivíduos possam se apropriar da cultura local, manifestando-se o sentimento de pertença dentro desta sociedade.

A partir da memória como escolha, onde serão elencados aspectos que deseja-se lembrar e transmitir, a composição do museu será realizada de acordo com o que a comunidade escolher como seu passado e se propõe a transmitir para as futuras gerações.

Neste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas e digitais, além de visitas a instituições comprometidas com a questão cultural local de suas comunidades. Durante a realização do trabalho de pesquisa, visitei instituições como o Museu Paranaense em Curitiba/PR, O Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE em Paranaguá/PR e o Museu de Sambaquis em Joinville/SC, e pude avaliar as contribuições desses museus para com sua população e também para com os turistas. Mostram comprometimento em resgatar, manter e perpetuar a história evolutiva das sociedades inseridas e preservar a cultura local, o saber popular. Essa preservação levará através de sua cultura expressões que serão determinantes para a continuidade de suas práticas, passando de geração em geração, e mantendo-as reconhecidas pela força da tradição local.

Dentro das observações e análises feitas com relação à cultura local e a memória das comunidades do litoral paranaense, tenho percebido que há um descaso por parte dos moradores com sua história, suas origens, enfim com sua memória, é o caso do Museu de Matinhos.

Neste sentido ressalta-se a importância da preservação do Patrimônio Material e Imaterial do Litoral Paranaense; como a concepção do termo patrimônio já diz, é algo herdado de nossos antepassados, e essa herança só passará a ser nossa para ser usufruída, se nos apropriarmos dela, e tivermos a consciência de que é algo que nos foi legado, e que deveremos deixar para as gerações que nos sucederão no tempo e na história.

Esta herança constitui nossa riqueza cultural, individual e coletiva, nossa memória, nosso sentido de identidade, aquilo que nos distingue de outros povos e culturas.

E como já nos disse o Professor Bigarella (2009): “Um povo sem memória é um povo sem história”.

1. O MUSEU

1.1 O MUSEU E A HISTÓRIA

Ao analisar as trajetórias do museu e da Museologia, observa-se que elas têm seguido seu caminho paralelo ao da História. Quando a História se preocupava apenas com o factual, com um único recorte da sociedade, o museu e a Museologia enveredavam nesta mesma proposta. A representação da sociedade era relacionada aos grandes feitos da classe dominante, presentes nas coleções museológicas.

A Nova História Social ou Nova Historiografia introduz uma preocupação com o cotidiano, com o homem comum, e, preocupa-se em transmitir a história dos bastidores, não só das elites. Neste caminho do novo fazer historiográfico, Le Goff (1994) discute a transformação do conceito de monumento, demonstrando a transformação que se verifica na contemporaneidade, quando os acervos documentais passam a ter importância equivalente as das grandes obras de arte ou monumentos arquitetônicos.

Esta mesma discussão alcança a Museologia, promovendo tanto uma redefinição dos perfis das coleções, quanto da relação entre museu e comunidade. Neste caminho, a nova ciência museológica se preocupa com a superação da compreensão do museu como espaço saudosista, estático, romântico; bem como a compreensão do acervo como exterior e exótico.

A Museologia atual promove então, a utilização do acervo como meio para uma leitura crítica do processo histórico, e, a percepção do museu como espaço dinâmico que reflete o cotidiano, aproximando-a, da Antropologia e de uma visão contemporânea da história como ciência. As instituições museológicas procuram, deste modo, aproximar-se da comunidade traçando diretrizes dentro de uma política social pela qual a comunidade participa de todas as ações desenvolvidas.

Não só os museus instalados dentro da nova visão museológica, mas também aqueles considerados mais tradicionais tentam, atualmente, promover maior interação com as suas comunidades.

Barreto (2000) a respeito dessa nova concepção social das disciplinas, afirma que, a partir das mudanças conceituais operadas nestas ciências, os museus

históricos deixaram de utilizar os seus objetos apenas como matéria-prima para o estudo da História, passando eles também a desenvolver pesquisas em diversas áreas do conhecimento humano. Para a autora citado, o historiador se utiliza dos objetos para interpretá-los a fim de relatar uma história mais inteligível, elencando as várias facetas dos fatos e acreditando na importância dessas mesmas ciências para explicar o presente e construir o futuro. Vale lembrar que não deve existir uma hierarquização na escala valorativa tanto dos objetos como dos fatos. A esse respeito, ressaltamos as considerações da autora:

"... é importante (...) que o historiador não deixe de relacionar a comunidade com o contexto mais amplo e que não privilegie determinado segmento da sociedade, pois, se anteriormente só se pretendia colocar uma aura especial nos objetos pertencentes à classe dominante, excluí-los e colocar só objetos dos dominados é reproduzir o modelo. Ambos os setores e suas contradições devem ser retratados". (BARRETO, 2000 p.66)

1.2 IMPORTÂNCIA SOCIAL DA RECUPERAÇÃO DA MEMÓRIA

Considerando a memória como “escolha”, Ecléa Bosí (1983, p.28) resgata a lembrança de velhos industriários paulistas, considerando que: “o que foi lembrado, é aquilo que foi escolhido para ser a história de suas vidas”; nesta perspectiva, aquilo que define a tipologia de um museu, caracteriza as escolhas de uma comunidade, para a composição de seu passado.

A aproximação do museu com a comunidade na qual ele se insere não se define apenas como uma etapa posterior à formação do acervo e montagem das exposições, mas deve acontecer desde o momento de concepção do programa do museu, bem como da coleta e aquisição dos objetos a serem musealizados.

Segundo Hobsbawm (1983), convém destacar que as memórias construídas são capazes de criar um passado memorial, de inventar tradições e costumes.

“Considerando o campo dos valores como espaço de lutas sociais, a criação de espaços que resgatem a cultura popular, as escolhas de memória que definem uma comunidade, caracteriza o museu como um espaço de resistência e preservação dos grupos sociais onde estão inseridos”. (THOMPSON, 1998 p. 18)

A cultura é um processo eminentemente dinâmico, transmitido de geração em geração, que se aprende com os ancestrais e se cria e recria no cotidiano do

presente, na solução de pequenos e grandes problemas que cada sociedade ou indivíduo enfrentam. Neste processo dinâmico de socialização, em que se aprende a fazer parte de um grupo social, o indivíduo constrói a própria identidade.

Todas as ações por meio das quais os povos expressam seu modo específico de ser constituem a sua cultura, que vai ao longo do tempo adquirindo formas e expressões diferentes.

A importância da preservação do Patrimônio Material e Imaterial do Litoral Paranaense faz-se urgente. Lembrando que, a concepção do termo patrimônio já nos diz, que é algo herdado de nossos antepassados, e essa herança só passará a ser nossa para ser usufruída se nos apropriarmos dela e tivermos consciência de que é algo que nos foi legado e que deveremos deixar para as gerações que nos sucederão no tempo e na história. Herança esta que, constitui nossa riqueza cultural, individual e coletiva, nossa memória, nosso sentido de identidade, aquilo que nos distingue de outros povos e culturas.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

O conhecimento dos elementos que compõe essa riqueza e diversidade, originários de diferentes grupos étnicos e culturais que formaram a cultura nacional, contribui igualmente para o respeito à diversidade, à multiplicidade de expressões e formas com que a cultura se manifesta nas diferentes regiões a começar pela linguagem hábitos e costumes.

A percepção dessa diversidade contribui para o desenvolvimento do espírito de tolerância, de valorização e de respeito das diferenças, e da noção de que não existem povos “sem cultura”, ou culturas melhores do que outras.

De acordo com as pesquisadoras Maria de Lourdes Parreira Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro em seu Guia básico de educação patrimonial (1999, p.7), propõe a respeito da cultura brasileira; poder-se-ia afirmar que existem diversas formas de expressar nossa cultura, que o patrimônio vivo da sociedade do litoral paranaense constitui-se pelos: artesanatos, maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias e de fabricar objetos de uso, pela culinária, as danças e as músicas, pelos modos de vestir e de falar, os rituais e festas religiosas e populares, nas relações

sociais e familiares, nas canções, histórias e lendas contadas de geração a geração; tudo isto revela os múltiplos aspectos que pode assumir a cultura viva e presente em nossa comunidade.

Como o etnólogo francês François Laplantine (2006) lembra, como conseqüência da profissão de antropólogo, coube aos mesmos estar a frente das lutas contra o colonialismo, as lutas pelos direitos humanos, e, pelas minorias étnicas, sendo duplamente confrontados pela necessidade de responder urgentemente a seguintes questões, nas palavras do autor:

"a) *Urgência de preservação dos patrimônios culturais locais* ameaçados (...) e, sobretudo, de *restituição* aos habitantes das diversas regiões nas quais trabalhamos, de seu próprio saber e saber-fazer.[...]

b) *Urgência de análise das mutações culturais* impostas pelo desenvolvimento extremamente rápido de *todas* as sociedades contemporâneas, [...]". (LAPLANTINE, 2006:pp.:30-31)

No Litoral Paranaense, fazem-se necessárias então, ações que, visam despertar o sentimento de pertença do indivíduo dentro da cultura local, onde o descaso do morador com seu habitat e sua memória marcam profundamente a necessidade de ofertar uma instituição, como o museu, para esse resgate e apropriação da cultura e do patrimônio.

1.3 ORIGEM DA PALAVRA MUSEU

A origem da palavra Museu remonta a Grécia antiga, onde o '*Museion*' era o templo das Musas, para o qual eram enviadas oferendas e objetos de valor. Como estas eram as divindades das ciências e das artes, o vocábulo '*Museion*' designou também o lugar destinado a cultura, as artes e as ciências.

As Musas foram geradas a partir da união mítica celebrada entre Zeus (identificado com poder) e Mnemsine (identificada com a memória).

Pierre Nora (1984, p. 31) propõe que os museus vinculados as musas por herança materna (matrimônio) são 'lugares de memória'; mas por herança paterna (patrimônio) são configurações e dispositivos de poder. Entanto as musas foram geradas a partir da uniao mitica celebrada entre Zeus (identificado com o poder) e

Mnemise (identificada com a memória). Entanto, e até nossos dias, os Museus são a um tempo herdeiros da memória e do poder.

Nesta perspectiva, estes dois conceitos estão permanentemente articulados nas instituições museológicas.

O termo Museu bastante antigo ao longo da história adquire características e significados diferentes nas diversas épocas e sociedades.

1.3.1 O Coleccionismo

O ato de coletar objetos é provavelmente tão antigo quanto o homem. No entanto, o significado de colecionar e das coleções são diferenciados, dependendo do contexto em que se inserem. Estudiosos do colecionismo crêem que colecionar objetos é como recolher pedaços de um mundo que se quer compreender e do qual se quer fazer parte ou então dominar.

1.3.2 O Museu Itinerante

As exposições itinerantes, hoje tão frequentes, foram iniciadas na Inglaterra, em 1850, quando o museu de Vitória e Alberto permitiu o empréstimo de obras de arte a *Central School Design, Somerset House*, e apresentou essas obras em várias escolas durante dois anos.

As populações das cidades, vilas e lugares afastados dos grandes centros também necessitam dos serviços educativos do museu para o seu progresso cultural. Como nem sempre é possível instalar um museu em cada cidade do interior, o que se tem a fazer é levá-lo até essas localidades, com exposições itinerantes, museus extensíveis ou museus-ônibus.

1.4 O MUSEU COMO INSTITUIÇÃO

Segundo Maury Rodriguez da Cruz (1993, p.56): "O museu é parte integrante da realidade da sociedade, do mundo. É agente dinâmico, portanto transformador da mentalidade da sociedade".

Ao penetrarmos no universo dos museus percebemos um conjunto finito dos bens culturais, que se relacionam de maneira diversa sendo que a multiplicidade alcança a singularidade pela linguagem museológica.

O museu como banco de objetos, universidade do povo, pode contemplar instrumental e institucionalmente, a comunidade que pretende imediatamente servir.

Para o estudioso, o trabalho técnico no museu é interdisciplinar, traduzindo uma realidade que, pela persistência e continuidade, produz unidade. Os especialistas conscientes das responsabilidades, do desempenho de suas funções, conseguem conjugar trabalho com processo crítico, resultando autodisciplina, que conseqüentemente permite estruturar as atividades do museu para atender a contento a comunidade.

O museu como instituição multidisciplinar, mantém seu dinamismo persistente e contínuo de instituição aberta, voltada à valorização da pessoa humana, através do estudo, da análise e da pesquisa científica. Os Procedimentos museais devem estar absolutamente vinculados os dinamismos humanos. Desta forma o museu materializa, viabiliza a leitura do passado através de instrumentos e maior integração do homem ao processo cultural.

Os procedimentos museais devem estar absolutamente vinculados aos dinamismos humanos. Desta forma o museu materializa, viabiliza a leitura do passado através de instrumentos e maior integração do homem ao processo cultural. No seu discurso e prática e nas contextualizações o museu deve estar sempre embasado em estudo, pesquisa e metodologia científica, todos os segmentos museológicos devem estar sobre a égide da ciência; assim sendo, teoria e pratica se justapõe para concretizar plenamente os objetivos da instituição. Como instituição cultural será sempre unidade social, funcional, aberta, onde as idéias valorativas norteadas pelo estudo, a pesquisa e a metodologia científica, promovem e dignificam o homem.

1.4.1 O Universal Na Contemporaneidade

Segundo Pierre Lévy (1993), a passagem das culturas orais para as culturas da escrita deu origem a um novo modo de comunicação. A experiência da oralidade pressupõe um ator ou conjunto de atores que elabora e expressa a mensagem, enquanto outro ator ou conjunto a recebe; desta forma, emissores e receptores partilham do mesmo fluxo de interações, num universo semelhante de significados. Ninguém é o autor da mensagem, apenas o seu intérprete. Já o espaço de comunicação aberto pela escrita permitiu conhecer, nas palavras do autor:

"mensagens geradas por pessoas situadas a milhares de quilômetros ou mortas desde séculos, ou expressando-se desde enormes distâncias culturais ou sociais. Os atores da comunicação não partilhavam necessariamente a mesma situação, não estavam mais em interação direta". (LEVY, 1993 p. 39)

Para ele, a relação com o patrimônio universal não se estabelece apenas naqueles museus que tratam das coisas materiais de importância inequívoca para toda a humanidade (e que a literatura do campo identifica como monumentos, ou bens culturais consagrados), ela flui nos processos simbólicos que construímos na cotidianidade, no espaço geográfico onde existimos em nossos corpos, mas também no ciberespaço, onde existimos através de processos da mente. Interessa, portanto, saber como os museus podem comunicar e promover a posse universal do patrimônio cultural, através do entendimento da diversidade cultural.

Todo museu faz parte do patrimônio universal, seja por seu caráter totalizante, seja por sua representatividade como predicativo de uma dada coletividade. Mas será que todo museu representa efetivamente nosso caráter de humanidade? (POSTMAN, 1989).

Esta é a pergunta que já nos fazia Neil Postman (1989), em discurso na abertura da Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus – ICOM, em 1989, quando iniciou-se 'o debate sobre os museus para o mundo do futuro' e que ainda hoje nos causam dúvidas e perplexidade.

Uma das questões recorrentes no campo da Museologia é a dificuldade em assumir o caráter integral da relação entre museus e patrimônio. Prevalece a tendência a relacionar os museus ao patrimônio material, consolidando a velha cisão

entre o que é tangível (as edificações, os acervos) e o que é intangível (tradicionalmente inscrito na esfera do discurso). Museus têm ainda uma tendência histórica em apresentar-se como microcosmos totalizantes, diluindo as diferenças, as contradições e a multiplicidade sob a influência do método.

O patrimônio tangível tem um aspecto de finitude, que lhe é atribuído pela essência mesma de sua materialidade: dimensões, materiais constitutivos, subordinação ao uso, localização no espaço. Este aspecto material pode ser, a qualquer momento, elaborado pelas metodologias de conservação, que se estendem aos dispositivos técnicos e legais que buscam prevenir ou atenuar as situações de risco a que podem estar sujeitos os bens materiais. Ainda que finito, é preciso reconhecer e revalorizar a imensa potência de conhecimento existente neste universo tangível, especialmente aquele constituído pelas coleções de museus: elas nos ajudam a compreender o que somos, e podem inclusive contribuir para o avanço do conhecimento científico na atualidade. Estudar as coleções *musealizadas* não é apenas olhar para o passado, mas buscar elementos para produzir o futuro.

Mas deve-se também considerar o caráter intangível das qualidades que fazem dos museus e da Museologia uma das Áreas de maior comunicabilidade no contemporâneo, buscando conhecer as dimensões intangíveis existentes em todo o patrimônio musealizado, inclusive nos objetos de museus. Pois todo e qualquer objeto está também profundamente impregnado de uma essência intangível, podendo esta sobreviver aos aspectos materiais.

Na entrevista ao 'Label France', do filósofo Alain Finkielkraut (2007) defende, como estratégia para melhor Compreensão do mundo de hoje, que nos detenhamos sobre a idéia de Transmissão cultural, deixando um pouco de lado a necessidade da Transformação.

Isto inclui a revalorização do passado e o reconhecimento do legado da cultura humana: pois o presente não conhece todas as respostas, nem pode ser concebido apenas a partir de si mesmo, ou, como abertura para um futuro como único horizonte possível. Entre os valores a serem vivenciados no presente e transmitidos para o futuro, estaria a paixão de compreender' uma fidelidade à herança, ao que nos foi legado, um respeito à dimensão temporal de nossa existência, considerando as possibilidades comunicação em torno de significações vistas para além da História. Finkielkraut (2007) defende ainda uma reconciliação do

particular com o universal, que tenha como horizonte o multiculturalismo e que incorpore a percepção de que os povos não se encontram todos no mesmo estágio político/econômico, porque não tiveram todos a mesma história.

De acordo com Levy (1993), para incorporar as novas tecnologias, deve-se portanto analisar cuidadosamente o papel dos museus na sociedade mediática, com sua capacidade de desdobramento informacional - avaliando o impacto da internet e das novas tecnologias sobre as funções museológicas, trabalhando o museu como hipertexto, como espaço de possibilidades.

Isto implica, sobretudo, em reconhecer a importância da diversidade cultural para o entendimento do universo abrangido pelos museus, criando novos métodos para a documentação, preservação e interpretação dessa diversidade, com o auxílio da ciência da informação. Neste processo, deve-se buscar uma conciliação entre o particular e o universal, reconhecendo os limites da técnica e lembrando que o processo comunicacional não se esgota nas interações em tempo presente, mas estende-se ao processo reflexivo, o verdadeiro formador de espíritos livres processo este que é, quase sempre, individual. E mesmo a interatividade não necessita estar sempre mediada pela máquina: não esqueçamos da singularidade das relações interpessoais.

Lembremos ainda que o mundo não é formado apenas pelas redes virtuais: continuam a existir os territórios, nações, paisagens geográficas e culturais que nos significam em totalidade. Sob o ponto de vista da materialidade, o patrimônio está visceralmente ligado ao território: pois é no espaço geográfico que se funda a cultura; e é na relação com a paisagem que cada grupo humano desenha a sua significação. É fundamental, portanto, lembrar a importância, para as diferentes sociedades, dos seus espaços de memória, e também das práticas identitárias consagradas no espaço e no tempo, inclusive as da Tradição.

1.4.2 Imaginação simbólica

Pensar a relação entre museus e o patrimônio universal implica, portanto em lembrar o caráter múltiplo do patrimônio percebendo que universal não é apenas o que está dentro de museus tradicionais, mas também que cada museu, em si mesmo, é parte desse contexto. Destaca-se a importância da imaginação simbólica

para o processo de constituição dos patrimônios: é ela que nos faz compreender como o pensamento contemporâneo reinstaurou a possibilidade de perceber o mundo como um conjunto de eventos simultâneos, permitindo pensar as relações entre o patrimônio e o mundo da percepção e dos sentidos. Enfatiza-se, assim, a relevância do ato criativo e a essência do patrimônio enquanto estética, enquanto espontaneidade. E pode-se reconhecer que o verdadeiro fundamento do patrimônio é a intangibilidade a relação ativa e continuada entre imaginação e pensamento.

A relação entre Museologia e Patrimônio será plena e universal sempre que os museus souberem trabalhar para o compartilhamento de conhecimentos, de autoridade e de responsabilidade sobre a memória simbólica e a produção cultural dos diferentes grupos sociais - buscando aumentar os índices de participação efetiva das coletividades nos processos de reconhecimento, instauração, musealização, manutenção e uso das referências que cada uma delas deseje reconhecer como patrimônio. Ficará assim evidente o caráter afetivo do patrimônio como instância fundadora de identidades e do sentimento de pertença, resultado de movimentos de empatia, de vibração comum, força unificadora do corpus social.

Que, neste novo século, os museus possam reatualizar suas relações com o patrimônio, não enquanto totalidade, mas enquanto múltiplo, instância capaz de engendrar, como queria Lévy, novas formas de universalidade e de fraternidade.

O patrimônio apresenta uma capacidade ímpar de organizar afetos sobre os traços arque típicos que definem os padrões culturais, constantemente re-significados pela experiência. É no universo simbólico que se ele institui, e é desse conjunto signífico que elaboramos nossa própria significação, enquanto partícipes desta tão desejada humanidade.

O patrimônio universal pode ser enriquecido pela ação dos museus e de seus profissionais, contribuindo assim garantir a sobrevivência dos valores da arte e da cultura que acreditamos ser a mais nobre expressão da humanidade.

1.5 O PATRIMÔNIO

De acordo com Scheiner (2007), o conceito de patrimônio, designa os conjuntos de valores que se referem ao indivíduo tanto biológico como elemento social, valores estes que perpetuam-se de forma afetiva na memória dos homens. A idéia de patrimônio destaca-se em todas as sociedades e ressalta a percepção de pertença do indivíduo, seus valores sobre a vida e todas as suas manifestações; o humano como ser biológico e social, produtor de cultura. Assim. Dessa trajetória humana, estende-se o patrimônio cultural.

O patrimônio em sua percepção, inicia-se partindo pela concepção do corpo, estendendo-se aos outros corpos, e aos demais aspectos do mundo material.

“A idéia não se limita apenas à materialidade: ‘patrimônio’ é um conceito polissêmico, vinculado ao conjunto designos reconhecidos como ‘bens’, por uma ou mais coletividades, e diretamente relacionado ao modo como cada coletividade compreende Natureza e Cultura e desenvolve, no tempo e no espaço, suas relações com o meio natural e cultural. Só é reconhecido como ‘patrimônio’ aquilo que uma dada coletividade considera como representativo para o seu universo simbólico. Aí se incluem o território do homem e os objetos produzidos pela atividade cultural, mas também todo o conjunto de experiências e saberes acumulados, no tempo e no espaço: os modos de ser dos indivíduos e grupos sociais, os fazeres, a língua, a técnica - e também as crenças, hábitos, comportamentos e padrões sociais dos diferentes grupos humanos”. (REVISTA MUSEU, 25/11/10)

Pensar o caráter universal do patrimônio não se resume, portanto, a pensar o patrimônio em sua totalidade: implica também percebê-lo enquanto valor, conjunto ou teia de significações que identifica, na essência, cada indivíduo, núcleo social ou coletividade. O patrimônio universal não é apenas aquele que se define oficialmente pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade: é o conjunto de representações tangíveis e intangíveis que integram o nosso universo e que nos definem e identificam como membros especialíssimos desta coletividade humana, onde ocupamos um lugar definido, próprio, especial. Este é o território da nossa significação o espaço simbólico onde produzimos, reiteramos e celebramos nossos diferentes modos de ser no mundo.

1.6 CONSELHO INTERNACIONAL DOS MUSEUS

A criação do *Internacional Council of Museuns* é resultado da necessidade que sentiram técnicos e administradores de museus em manter contatos mais estreitos, que lhes permitam o estudo e a solução dos mais variados problemas decorrentes do desenvolvimento das atividades modernas da museologia. Hoje o ICOM congrega quase todos os países do mundo, que se reúnem por sua vez em Comitês Nacionais autônomos, embora organizados como os mesmos objetivos, é órgão reconhecido pela UNESCO; dentre os quais a uma relação de apoio e troca, baseados na colaboração recíproca.

Os museus são instituições especializadas, e, por isso, necessitam de mão-de-obra qualificada, como museólogos, restauradores e outros profissionais, capazes de manter a conservação do acervo. Ele é dirigido geralmente por um curador, que tem uma equipe de funcionários que cuidam dos objetos e arranjam sua exposição. Muitos museus associaram-se aos institutos de pesquisa, que são envolvidos freqüentemente com os estudos relacionados aos artigos do museu. O museu próprio ou um instituto associado podem organizar expedições para adquirir mais artigos ou documentação para o museu. Podem também adquirir artigos como donativos, vendas ou comércios. Por exemplo, um museu caracterizado de arte impressionista pode receber uma doação da cubista, trabalho que simplesmente não pode caber nas exibições do museu, mas pode ser usado para ajudar adquirir uma pintura mais relevante.

Entre os documentos históricos e artísticos de um povo, estão os edifícios, templos, fortificações, jazidas arqueológicas, obras de arte e conjuntos locais privilegiados pela natureza ou trabalhados pelo homem. Esses documentos devem ser conservados, na medida do possível, dentro das suas características, como testemunhas de suas épocas. Providências no sentido de conservar documentação desse teor para a posteridade, vem sendo adotadas, há tempos, em diversos países.

2. O MUSEU NO BRASIL

2.1 HISTÓRICO

Na segunda metade do século dezenove ocorreu uma série de mudanças significativas no âmbito cultural brasileiro. O surgimento de instituições voltadas à pesquisa em ciências naturais e sociais propiciou interesse jamais visto, tanto por parte dos grupos sociais interessados em expressões da modernidade e dos cientistas interessados no perfil sócio-biológico do homem brasileiro quanto por parte do Estado, interessado na representação brasileira para o contexto internacional.

De acordo com Lopes 1997, é bom lembrar que tais interesses não se excluem mutuamente, mais antes devem ser considerados como imbricados no dado contexto histórico. Com efeito, os museus foram os locais profícuos para a introdução e desenvolvimento de um saber especializado, que propunha estabelecer a posição do homem brasileiro na escala evolutiva da humanidade, gerindo o debate acerca da possibilidade do Brasil vir a ser um país “civilizado”. Fora o Museu Nacional (RJ), que foi instituído ainda no início do século dezenove, todos os outros museus brasileiros foram instituídos a partir de 1860, caracterizando aquilo que os autores chamam de “Era dos Museus”.

Há algum tempo pesquisa-se a Museologia Oitocentista e nota-se que poucos são os autores que fazem menção ao Museu Paranaense, o terceiro museu criado no Brasil. Para Maria Margaret Lopes (1997) sua instituição insere-se no amplo movimento que articulou a legitimação das ciências naturais no Brasil, tendo como contrapartida o estatuto científico conferido às ações do Estado, no sentido do aproveitamento das áreas de possível potencial econômico e ainda demograficamente “vazias”.

2.2 DEFESA DO ACERVO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO BRASIL

2.2.1 Decreto Lei nº 25

Em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o decreto-lei Nº25, medida esta realizada pelo governo para defesa do acervo histórico e artístico do Brasil. Este decreto classificou o que se deveria considerar como patrimônio histórico e artístico nacional, sujeito a conservação e proteção do governo e criou quatro livros de tomo, a saber:

- Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.
- Livro do Tombo Histórico;
- Livro do Tombo de belas Artes;
- Livro do Tombo de Artes Aplicadas.

Segundo afirma F. Trigueiros (1956):

“ O decreto determinou que o tombamento seja feito por ordem do Diretor do SPHAN, voluntariamente se o proprietário o solicitar, a juízo de seu Conselho Consultivo, ou Compulsoriamente, quando o proprietário se recuse a anuir, a inscrição do bem a ser tombado. Regulou-se a saída do país dos bens tombados, o que se pode verificar a juízo do Conselho Consultivo, para intercâmbio cultural, a curto prazo e sem transferência de domínio, cominadas sanções para os que tentarem a sua exportação ou praticarem qualquer ato danoso. Para dar ao patrimônio protegido uma função dinâmica, acorde com as normas atuais em todos os principais países do mundo, nas disposições gerais, o artigo 24 prevê, para a conservação e exposição das obras de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, a criação de outros Museus, assim como determinar providências no sentido de ajudar a criação de museus estaduais e municipais com fins idênticos, servindo-se desses órgãos de documentação para realizar o seu programa de atividade no campo de educação extra-escolar ”. (TRIGUEIROS, 1956. p. 58)

2.2.2. IBRAM Instituto Brasileiro dos Museus.

2.2.2.1 Sistema Brasileiro de Museus – SBM

O Sistema Brasileiro de Museus - SBM, criado pelo Decreto nº 5.264, de 5 de novembro de 2004, assinado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Cultura Gilberto Passos Gil Moreira é um marco na atuação

das políticas públicas voltadas para o setor museológico. Seu estabelecimento cumpre uma das premissas na Política Nacional de Museus, ou seja, a constituição de uma ampla e diversificada rede de parceiros que, somando esforços, contribuam para a valorização, a preservação e o gerenciamento do patrimônio cultural brasileiro sob a guarda dos museus, de modo a torná-los cada vez mais representativos da diversidade étnica e cultural do país.

O SBM tem a finalidade de facilitar o diálogo entre museus e instituições afins, objetivando a gestão integrada e o desenvolvimento dos museus, acervos e processos museológicos brasileiros. Além disso, o SBM propicia o fortalecimento e a criação dos sistemas regionais de museus, a institucionalização de novos sistemas estaduais e municipais de museus e a articulação de redes temáticas de museus. Também é atribuição do SBM propor a criação e o aperfeiçoamento de instrumentos legais para o melhor desempenho e desenvolvimento das instituições museológicas no Brasil.

A dimensão democrática do SBM está presente na composição do seu Comitê Gestor, que agrega representantes do setor governamental e da sociedade civil ligados à área museológica. O Comitê Gestor do SBM tem o papel de propor as diretrizes e as ações para o setor museológico, sempre de uma forma participativa e com amplo debate.

Instituições museológicas, sistemas de museus, universidades que mantenham cursos relativos ao campo museológico e entidades organizadas vinculadas ao setor podem aderir ao SBM por intermédio de Termo de Adesão, firmado entre a instituição e o Ministério da Cultura.

Essa adesão é da maior importância, pois estimula a articulação entre o poder público e a sociedade civil, aumenta a visibilidade institucional e favorece a melhor gestão e configuração do campo museal.

2.3 O PARANÁ NA ERA DOS MUSEUS

Em 1874, por intermédio de Agostinho Ermelino de Leão e José Cândido Murici¹ membros da Comissão Organizadora da Exposição Provincial, preparatória à Exposição Nacional de 1875, encaminham ofício ao Presidente da Província, Dr. Frederico José Cardoso d'Araújo Abranches, comunicando-lhe que “no intuito de coligir os riquíssimos produtos agrícolas e industriais desta Província, pretendemos levar a efeito a criação de um museu agrícola e um jardim de aclimação nesta cidade”²

Em 25 de setembro de 1875, inaugurou-se a Sociedade de Aclimação, filiada ao Rio de Janeiro, com intuito de “introduzir, aclimatar, domesticar, propagar e melhorar espécies, raças ou variedades de animais e vegetais em toda a província do Paraná”, problemas específicos da agricultura e zootecnia, que encontraram plena receptividade dos homens da época, pois traziam para a esfera das iniciativas culturais, aspectos diretamente relacionados aos interesses econômicos dominantes (FERNANDES, 1956 p.3). No ano corrente, por mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, Adolfo Lamenha Lins, presidente da Província, comunicava haver nomeado uma comissão, representada por Ermelino de Leão, Murici e o engenheiro André Chalréo Júnior, para organizar a criação de um museu de caráter histórico e de ciências naturais.

2.3.1 O Museu Paranaense

A 25 de setembro de 1876, foi inaugurado então o Museu Paranaense, instituição privada, a princípio ocupando uma única sala, situada no edifício do antigo mercado, na Praça Zacarias, contendo “variados produtos da flora provincial, além de amostras de minerais e de outros objetos raros, dignos de estudo” (FERNANDES, 1936, p.2)³ Neste momento, entre a criação da Sociedade de Aclimação e a instituição do Museu Paranaense, a província do Paraná participou de exposições nacionais e internacionais.

¹ Agostinho Ermelino de Leão foi juiz de direito e ex-vice e presidente da província e José Cândido Murici foi médico.

² Ofício de 14 de janeiro de 1874, citado por TREVISAN (1976, p. 23).

³ Relatório de Rodrigo Otávio de Oliveira Meneses, em 31 de março de 1879, p. 80.

Em 1873 representantes paranaenses estiveram na Exposição Internacional de Viena e na exposição da Filadélfia, 1875. Entre os anos 1879 e 1880, o Museu Paranaense sofreu modificações em seu edifício, permitidas pelo incremento das doações da população, fazendo com que o diretor do Museu, Ermelino de Leão, intentasse perante o governo provincial as necessárias reformas que, no entanto, foram arriadas pela “melhor colaboração do favor público: festas populares e donativos particulares forneceram os recursos para a construção” (Ibid, p. 4). Tal reforma veio em um momento interessante, pois em 22 de maio de 1880, o Museu Paranaense recebia a visita do Imperador do Brasil, D. Pedro II, que com sua comitiva e na companhia do diretor do Museu, demorou-se por duas horas, apreciando “os fósseis, as seções de moluscos e crustáceos, assim como os minerais” (LINS *apud* LOPES, 1997, p. 209) e, segundo Ermelino de Leão, proferiu a frase “o Paraná marcha na vanguarda do progresso” (FERNANDES, 1936, p. 5).

O Museu desde então se afirma como centro cultural da província, nele eram realizadas entregas de prêmios tanto escolares, auferidos pelo governo, como das exposições nacionais e estrangeiras. De uma dessas cerimônias, particular registro ficou no arquivo do Museu: a que se realizou quando da entrega dos prêmios conferidos aos expositores paranaenses pelos júris das exposições do Rio de Janeiro (em 1881) e da Continental de Buenos Aires (em 1882). Tal solenidade efetuou-se com a presença da Princesa Isabel e do Conde d’Eu, tendo sua alteza Imperial feito a entrega dos prêmios. (Ibid, p. 6).

2.3.1.1 O Museu Paranaense no Museu Nacional

Ainda no ano de 1882 o Museu Paranaense participou da Exposição Antropológica Brasileira, realizada no Museu Nacional, o maior evento científico do Império. Os materiais antropológicos foram representados por esqueletos encontrados no sambaqui de Goulart, em Antonina, litoral da província, e por dois crânios de índios, das tribos xavante e guarani.

A seção de Arqueologia era constituída por diferentes peças líticas⁴, procedentes dos sambaquis litorâneos e das regiões anteriormente habitadas por grupos indígenas.

⁴ Líticos: são instrumentos de pedra polida ou lascada utilizados para vários fins, como machados de pedra, batedores, lascas e outros.

Na seção reservada à Etnologia, constavam objetos de guerra, de caça, pesca, objetos de uso doméstico, de cultos religiosos ou utilizados em ritos funerários, além ainda de um cacique Bandeira, da nação dos Camés ou coroados, que habitava a região do rio Piquiri, enviado também para representar o “exótico provincial” (LOPES, 1997, p. 209-210). Juntamente com os materiais acima descritos, foram mandados ainda para a exposição alguns textos, editados especialmente para a ocasião: o Catálogo dos Objetos do Museu Paranaense Remetidos à Exposição Antropológica do Rio de Janeiro; Memória Sobre os Costumes e Religião dos Índios Camés ou Coroados, escrita pelo frei Luís de Cemitille; Os Índios da província do Paraná de Antônio R. Lustosa de Andrade; O Vocabulário das Tribos Caigangues, Caiguás e Chavantes por Telêmaco Borba, além da Cópia de Inscrições Rupestres Existentes ao Norte da Cidade de Antonina, monografia de autoria de Ermelino de Leão, então diretor do Museu, sobre suas pesquisas nos sambaquis da região, inclusive o de Goulart.

Escrevendo sobre a participação da província na Exposição de 1882, José Loureiro Fernandes diz que “colaborando na primeira mostra antropológica nacional com a organização de uma coleção feita sob a orientação do Diretor do Museu, que revelou múltiplos aspectos paranaenses no setor da Antropologia física, da Etnografia e da Arqueologia, procurou o Dr. Ermelino de Leão mostrar ao meio intelectual da Corte o interesse já existente na província pelo estudo da ciência do homem” (FERNANDES, 1956, p. 5).

Para LOPES (1997, p. 210) “a organização do Museu Paranaense também se insere regionalmente no contexto dos incentivos à produção agrícola e às políticas migratórias para o Paraná”. Tais políticas faziam parte da grande propaganda do governo brasileiro para atrair estrangeiros como mão-de-obra, visando ocupar os territórios considerados “desocupados”, que não estavam cumprindo seu papel econômico e político nesta nação em formação. As políticas migratórias também contribuiriam para colaborar no branqueamento da população das províncias e o Museu Paranaense corroborou para estas políticas na medida em que, a partir da sua participação em exposições nacionais e internacionais, representando as características e o potencial econômico da província do Paraná, tentou inserir-se num debate que ocorria em nível mundial, ou seja, a origem e classificação do homem brasileiro, projetos estes financiados por uma elite local ansiosa por legitimação e status social.

3. MUSEOLOGIA

3.1 A MUSEOLOGIA COMO ÁREA DO CONHECIMENTO

A Museologia é a Área do conhecimento que estuda o fenômeno *Museu* e suas relações com a realidade - a partir das interações entre homem, cultura e natureza, no âmbito dos diferentes sistemas de pensamento.

Situada no campo das ciências humanas, faz interface permanente com as demais ciências deste campo, e também com a Filosofia, a História da Arte, as Ciências Naturais e Biológicas e as Ciências Exatas. Divide-se em Museologia Teórica e Museologia Aplicada - esta última, dedicada ao estudo das metodologias e técnicas de investigação, documentação, informação, preservação, conservação, comunicação e administração relativas ao Museu.

Os estudos de Museologia tomam como base o conceito de *Patrimônio Integral* (natural e cultural) - ou seja, o conjunto de referências materiais e não-materiais definidoras da *identidade* dos diferentes grupos humanos, no tempo e no espaço. A partir do reconhecimento do patrimônio que as identifica, as diferentes sociedades criam, desenvolvem e mantêm museus. E como as sociedades se articulam de diferentes maneiras, no tempo e no espaço, criam e desenvolvem diferentes formas de museus: o museu tradicional, o parque nacional, o jardim botânico, o zoológico, o aquário, o planetário, o centro exploratório de ciências, a cidade-monumento, o eco museu.

O Museu surge, portanto, como uma das mais fascinantes representações da sociedade humana. Conhecê-lo, estudar a sua história, o seu desenvolvimento, a sua importância nas diferentes sociedades é uma das tarefas da Museologia.

3.1.1 O museólogo

O *museólogo* atua em museus, centros culturais, institutos de pesquisa, centros de documentação e informação, galerias de arte, arquivos, bibliotecas, universidades e escolas, podendo ainda prestar serviços técnicos e de consultoria especializada em qualquer instituição vinculada direta ou indiretamente a proteção,

documentação, conservação, pesquisa e difusão do patrimônio integral da Humanidade. As responsabilidades do museólogo incluem a salvaguarda, documentação, difusão e estudo analítico de acervos naturais e culturais; o planejamento, programação e realização de exposições; o desenvolvimento de programas educativos e culturais para museus; a construção de um discurso crítico sobre natureza, homem, sociedade e cultura; a defesa do patrimônio, em todos os âmbitos (local, regional, nacional, transnacional, global); a defesa dos ideais éticos de respeito à vida, a pluralidade biológica e cultural e a igualdade de direitos em todas as sociedades.

A profissão de Museólogo, no Brasil, é regulamentada por Lei desde 1984 e tem seus direitos garantidos através dos Conselhos Regionais (COREMs) e Conselho Federal de Museologia (COFEM).

Tratar do patrimônio universal significa, antes de tudo, pensar o que significa exatamente universal. Numa primeira instância é o que se refere ao universo, ou a todo o planeta Terra; universal significaria aquilo que advém de tudo (ou de todos), mundial, comum a toda à humanidade. Neste sentido, e usando o modo de dizer contemporâneo, universal equivaleria a global.

Segundo a estudiosa Scheiner (2007):

“A Filosofia nos lembra que universal (*unum versus alia*) é aquilo que se converte em muitos, e também o comum de muitos – simultaneamente uma realidade (o que existe) e um conceito (o modo que o pensamento encontra de referir-se a uma dada realidade). Portanto, tudo aquilo que é do interesse de muitos, ou se refere a muitos, seria universal, mas não necessariamente tendo que abranger todo o universo. Universal pode ser então aquilo que é comum a um grupo dado. Lembremos ainda que todo conceito é produzido a partir do que o pensamento considera realidade. E como toda realidade, fora da mente, é singular – algo individual, diferente de todas as outras coisas, o pensamento apreende e representa, por abstração, o conhecimento do real concreto, produzindo uma representação universal do singular. E esta representação sempre se dá por meio de um conceito - uma voz mental, cujo sinal sensível é um nome que indica certo significado: um termo. Universal seria, então, o termo através do qual se designa aquilo que advém de ou que é comum a muitos, seja em âmbito mundial, seja no âmbito de uma dada cultura. Neste sentido, somos todos universais – e o conceito de universal estaria então ligado ao conceito de coletividade”.

(Revista Museu, 25/11/10)

Vários conceitos, devido sua grande abrangência, são também considerados universais, já que se referem a aspectos múltiplos de uma mesma realidade. Como já postulava São Tomás de Aquino: “algo é considerado universal não somente

quando o nome predica-se de muitos, mas, também, quando o que é significado pelo nome, pode dar-se em muitos". (Aquino, *apud* Scheiner, 2007).

Assim, entende-se que universal é também o que se apresenta como plural na origem, – realidade múltipla, apreendida por muitos. “A idéia de universal abrange assim a seguinte equação: muitos para muitos – fluxo inesgotável de multiplicidades”. (Scheiner,2007)

3.2 UMA NOVA MUSEOLOGIA

3.2.1 Conceituação

Nos últimos cinqüenta anos podemos notar uma evolução, embora marginal, no sentido de uma constante adaptação da mídia-museu ao mundo moderno e às necessidades da sociedade.

Não há como afirmar que existe uma "nova" museologia, mas sim uma museologia diferente, decorrente de uma idéia diferente de museu e de seus objetivos, diferente da concepção "normal", ou predominante do museu, tal como imposta pelas grandes instituições, os grandes profissionais e as organizações que os agrupam nos planos nacional ou internacional.

O objetivo do museu é contribuir para a transformação de uma realidade não dominada pela comunidade num recurso útil para seu desenvolvimento, tanto presente, quanto futuro. Dessa forma cada caso é um caso e os projetos para cada museu devem responder a parâmetros originais.

Um Museu pode ser ao mesmo tempo instituição e processo: está então estreitamente ligado com o território e a comunidade que constituem sua base, sua justificativa e sua razão de ser. O Museu inserido na comunidade deve ter como objetivos:

- uma libertação da consciência, da iniciativa, da criatividade: tanto da comunidade em geral, quanto de cada um de seus membros;
- uma libertação das dependências, da assistência social, do paternalismo ou do clientelismo;
- uma libertação da capacidade de observação e domínio das mudanças: a subjetividade à dos tomadores de decisão políticos e tecnocráticos habituais;

- uma libertação da comunidade social: em relação às mídias e meios de educação habituais. A linguagem do museu permite aprender o presente e o futuro a partir de elementos de uma realidade ancorada no passado.

O museu vive e morre da vida e da morte de sua comunidade, segundo Varine (2000) o processo do museu define-se em:

O Território: a sua organização, em termos tanto de desenvolvimento local quanto de museu, não é um processo político-administrativo, ela é a criação de uma dinâmica, que articula as autoridades políticas locais, as instituições, as populações e suas forças vivas, os atores sociais e econômicos, tudo isso levando-se em consideração o patrimônio natural, cultural e humano.

A Comunidade: é preciso conhecê-la, ter penetrado suas componentes, de maneira a localizar sua forças e fraquezas, suas pessoas-recursos, suas necessidades, a natureza das crises que a afligem. E é preciso reconhecê-la como comunidade. É preciso que ela se reconheça a si mesma como comunidade que partilha os mesmos problemas e os mesmos valores, e finalmente, um destino comum.

O Patrimônio: considera o patrimônio não como uma fonte de coleção ou estudo, mas como um conjunto global, um recurso de território, ao mesmo tempo natural, cultural e humano, que pode ser utilizada de múltiplas maneiras.

O Tempo: o museu é um instrumento de gestão da mudança social, cultural, econômica, tecnológica. Estamos frente da obrigação ao mesmo tempo de uma renovação periódica e de vigilância face aos fatores da mudança.

A Comunicação: O museu utiliza linguagens, métodos variados, que implicam via de regra a participação dos cidadãos-membros da comunidade. Ele é um intermediário, um mediador entre a cultura escrita (ou sábia) da minoria que assume as funções de direção e de decisão na complexa e técnica sociedade contemporânea. Toda comunicação requer uma avaliação de sua eficácia, de maneira a melhorar seu impacto. O museu não foge a regra e deve instaurar um questionamento constante e rigoroso de seus métodos e resultados e mais especialmente da adequação entre seus objetivos e suas ações.

O desenvolvimento: ao lado dos fatores políticos, sociais, econômicos, de saúde, existem fatores culturais que condicionam um desenvolvimento equilibrado de todos e de cada um: a aquisição dos conhecimentos básicos, a conscientização, o reconhecimento do patrimônio material e imaterial, a capacidade de iniciativa, o

domínio dos mecanismos básicos da sociedade e dos avanços tecnológicos, tudo isso contribui ao desenvolvimento. O museu pode e deve cumprir seu papel, em seu lugar e com suas linguagens.

4. A QUESTÃO SOCIAL NA MUSEOLOGIA

4.1 A RELAÇÃO MUSEU SOCIEDADE

As práticas museológicas estão em relação com as demais práticas sociais globais, portanto, são os resultados das relações humanas, em cada momento histórico.

A relação museu-sociedade tem sido evidenciada pela atuação de técnicos que cumprem bem, ou mal, a política cultural estabelecida pelo sistema vigente por meio do atendimento das metas e objetivos propostos pelas políticas públicas. Trazem, no seu bojo, na maioria das vezes, a ausência de uma ação e diretrizes que traduzem uma preocupação com uma aproximação maior entre as instituições museais e os anseios da sociedade. Percebe-se que os funcionários, são considerados como categorias estanques, onde a cada um cabe a tarefa de executar as ações previstas e pensadas por algumas "cabeças iluminadas", pois em geral, estão excluídos do momento da concepção, da definição dos objetivos e metas do plano diretor da instituição, se é que eles existem, ou sequer foram ouvidos e devidamente esclarecidos sobre o plano de ação a ser executado. (BRUNO, 1997, p. 15)

Se faz urgente e necessário o reconhecimento e o respeito a pluralidade e a diversidade cultural, e, conseqüentemente às diversas categorias de museus e aos diversos processos museais. Trata-se de um dos desafios colocados, no sentido de diminuir as desigualdades e a exclusão.

Qualidade é participação; porque a história que vale a pena é aquela participativa. A redução das desigualdades e, conseqüentemente dos processos de exclusão, está diretamente relacionada a nossa mobilização para a participação da comunidade na recuperação da sua memória. Desde que estamos interessados em construir a participação no resgate da cultura local e o sentimento de pertença; só assim estaremos contribuindo para diminuir a pobreza política e a nossa pobreza sócio-econômica.

É fundamental que a Museologia contemporânea incorpore, de maneira ampla, as novas tecnologias - Não para que os museus se inscrevam numa pretensa contemporaneidade', mas para que possam servir de espaço gerador de

práticas culturais mais sintonizadas com as atuais realidades. Isto implica em reconhecer o significado cultural do passado não apenas como fundamento para as ações do presente, mas como instância de mediação com o presente, ou ainda como instância mesma de presença. O ressurgimento da temática ecológica como tendência do pensamento, nas últimas décadas do século vinte, permitiu que se redescobrisse o tempo como criação e o homem dentro do mundo, em continuada transformação. Nesta nova maneira de ver o real, tornou-se possível perceber o passado já não mais como algo que se foi, irreversivelmente, mas como algo que está contido no presente.

4.2 O MUSEU NO LITORAL PARANAENSE

No estado do Paraná, encontramos hoje aproximadamente 170 espaços históricos, dentre as Casas de Memória, Museus Temáticos, Museus Cidades e Museus Casa.

A situação museológica do Litoral Paranaense necessita de um olhar mais apurado, onde atualmente encontra-se só o Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE, administrado pela UFPR e localizado em Paranaguá, em funcionamento para suprir a demanda de todo o Litoral.

4.2.1 O museu em Matinhos

Percebe-se a urgência para o município de Matinhos de adentrar nesse conjunto museológico o mais breve possível, visto que já existiu uma instituição desse caráter no município, e, segundo Bigarella, devido a questões políticas e religiosas foi extinta.

De acordo com Bigarella (2009), o antigo prédio da Igrejinha de São Pedro, inaugurada em 29/06/1944 e que foi por alguns anos o prédio mais imponente da paisagem urbana, com o desenvolvimento da região tornou-se pequena para o número de fiéis.

Afim de solucionar o problema a Mitra de Paranaguá adquiriu um terreno para a construção da Igrejinha Matriz, desfazendo-se da antiga igreja sem que o povo soubesse.

A antiga Igrejinha de São Pedro sem cuidados e abandonada tinha sua estrutura ameaçada e na área de seu entorno a situação também era de descaso. Foi quando em 1983, a Associação de Defesa e Educação Ambiental – ADEA – resolveu restaurar o conjunto e montar no prédio um Museu Ecológico, provisoriamente aberto ao público em 1985.

Em 1986, foram realizadas algumas reformas com o apoio do governo estadual e municipal, sendo o restante das restaurações realizadas pela ADEA, que reabriu o museu com dois dioromas⁵ representativos e numeroso mostruários, além do jardim que contava com plantas típicas da região.

A Igreja foi Tombada em dezembro de 1987 pela Lei Municipal nº 203/87 (ver anexo II).

No relato de Bigarella (2009):

“Hoje a igrejinha restaurada e transformada em museu ecológico, é patrimônio histórico de Matinhos. Nela, os banhistas, turistas e escolares da rede municipal de ensino podem apreciar coleções de minerais, rochas, moluscos, crustáceos, corais, algas, etc. No prebistério, onde se encontrava o altar foi montado um diorama, representando o ecossistema da floresta pluvial tropical, com macacos, quati, veado, gato-do-mato, gambá, aves e outros espécimes do ambiente florestal regional. Na sacristia foi montado um outro diorama representativo da transição entre vários ecossistemas. Fora da igrejinha encontra-se um arboreto ajardinado, onde vicejam plantas do sub-bosque florestal, como bromélias, orquídeas, musgos, pteridófitas (xaxins, samambaias), filodendros, entre outras”. ([sic] BIGARELLA, 2009 p. 235).

Sobre a incorporação da Igreja pelo Patrimônio Municipal, Bigarella (2009), comenta:

“ Uma vez o Museu restaurado e em funcionamento, apareceram os donos do imóvel, que exigiram a desocupação deste pela ADEA em prazo de 15 dias para demolição do prédio. A pendência foi resolvida pelo então prefeito na época Francisco Carlim dos Santos, que desapropriou o imóvel, incorporando-o ao patrimônio municipal em julho de 1990”.([sic] BIGARELLA, 2009 p. 237)

⁵ Dioromas: é um modo de apresentação artística, de maneira muito realista, de cenas da vida real para exposição com finalidades de instrução ou entretenimento. A cena que pode ser uma paisagem, plantas, animais, eventos históricos, etc., é pintada sobre uma tela de fundo curvo, de tal maneira que simulem um contorno real.

Continuando com as palavras do referido autor citado:

“A partir do ano de 2001, o bem municipal tombado em 28.12.1987, protegido igualmente pelas federal e estadual vigentes, foi aviltado pela própria Câmara Municipal de Matinhos (legislatura 2001-2004). O bem tombado incluía também o paisagismo da pequena praça, o arboreto representativo do sub-bosque da mata atlântica e o ajardinamento.

A administração municipal deixou de fazer a conservação do imóvel, bem como cedeu a chave do Museu Ecológico a pessoas, as quais passaram a dilapidar o patrimônio cultural exposto, usando o local para fins inconvenientes. Por este motivo a Fundação João José Bigarella para estudos e conservação da natureza (FUNABI), proprietária do acervo, decidiu salvaguardar o patrimônio cultural educativo, transferindo-o para o Museu de Ciências Naturais da FUNABI, instalado no Parque Municipal das Araucárias de Guarapuava, depositando-o na Reserva Técnica.

O bem público municipal (tombado em 1987), desapropriado em junho de 1990 foi pela Prefeitura Municipal de Matinhos (legislatura 2001/2004) doado e entregue à Igreja, apesar de tombado e protegido pelas leis vigentes. Ambas as partes não demonstraram qualquer interesse pelo papel educativo do Museu junto à comunidade e às escolas das redes municipal e estadual, bem como na atividade ligada à Educação Ambiental. Não foi possível localizar nem na Câmara nem na Prefeitura um único documento referente ao destombamento deste rico e histórico patrimônio religioso-cultural da cidade de Matinhos”. ([sic] BIGARELLA, 2009 p. 237).

Deste modo, desaparece a tentativa da constituição do primeiro Museu de Matinhos.

4.3 O MUSEU EM MATINHOS E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

Na perspectiva de analisar o Museu como um espaço que permite agregar a cultura do litoral paranaense, respeitando suas especificidades, mas também agrupando-as, afim de formar uma identidade do litoral, é decepcionante ver que já existiu uma instituição comprometida com os valores vinculados a memória e que esta já não existe mais pelo simples descaso por parte dos governantes e da população que foi conivente, o que a nosso ver, confirma a falta de consciência cívica e de um sentimento de pertença na população local, caso contrario teriam intercedido para evitar a expropriação do patrimônio da cidade.

A necessidade de resgate e apropriação do indivíduo de sua memória, faz-se urgente no litoral paranaense, onde o desinteresse por parte da população local

com sua cultura e identidade tem ocasionado a ausência do sentimento de pertença à cultura local, e de identificação como as culturas existentes.

Através do trabalho de pesquisa realizado, coloca-se a urgência em re-criar, repensar, um museu na cidade de Matinhos; uma instituição que atue como agente construtor e mantenedor da memória do litoral do Paraná, que se disponha a tratar das ações vinculadas ao museu e a museologia no resgate da memória e na construção da identidade desta região.

Nele, os matinhenses passariam a se apropriar da cultura local, despertando o sentimento de pertença nesta sociedade; ao reconhecer nela, o sentido do termo patrimônio como uma herança, algo que nos foi legado e que necessita da apropriação para então, ser transmitido. A comunidade poderá, numa visão Interdisciplinar, perceber a importância da composição de vários elementos sociais e de diversos segmentos na sua construção.

Museu este que possa alcançar as esferas do resgate e conscientização da importância de nossa memória, mostrar as expressões sociais marcantes no Litoral, por meio de ações que venham a estimular a interação entre o indivíduo e sua localidade de origem, que alcancem a totalidade da população, visando transmitir de forma acessível às particularidades locais, e o amplo universo cultural presente.

Partindo da perspectiva da questão social, é de extrema importância abrir o contato entre a comunidade e sua memória, para que assim esta possa conscientizar-se de seu papel na preservação do patrimônio histórico enquanto elemento constituinte da sua própria identidade cultural. Assim sendo, pensa-se no museu como agente integrador entre o despertar da consciência do indivíduo, sobre sua responsabilidade no meio social do qual faz parte e o comprometimento das suas obrigações enquanto cidadão na construção e na preservação do patrimônio coletivo.

Como afirma o estudioso e entusiasta preservador da memória local Professor Bigarella (2009) e criador do museu que transmitiu durante um período parte da história do litoral⁶: ***“Um povo sem memória é um povo sem história”***.

⁶ O Museu de Matinhos que foi desapropriado pela incoerência da gestão (2001/2004) em seguiu a Lei Municipal Nº 203/87 – referente à Súmula “Tombamento para Conservação de interesse público”; o Museu desaparecido que reivindicamos restaurar, preservava parte preciosa da cultura do litoral paranaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de pesquisa voltado para importância da constituição de um Museu no município de Matinhos/PR procurou mostrar que o descaso por parte da população local com sua memória, sua identidade vem ocasionando a perda de consciência sobre a importância do Litoral na história.

Este desinteresse pode permitir que a cultura local seja substituída por outras formas de cultura que avançam e não deixam espaço para as particularidades do litoral; este que vem a compor papel importante em nossa história nacional. Ocasiona-se a falta de identificação e do sentimento de pertença do indivíduo com suas origens e tradições. Características estas que nos diferenciam dos outros povos e culturas, porém nos mostram que cada cultura vinculada a manutenção de sua memória tem o seu valor.

Dentro da perspectiva da Questão Social, faz-se urgente o contato com a comunidade, afim de atentá-la para seu papel na preservação do patrimônio histórico enquanto identidade cultural. Neste sentido pensa-se no museu como peça chave para despertar no indivíduo a responsabilidade de que ele faz parte do meio social, e para ter ciência das suas obrigações enquanto cidadãos a partir desta nova percepção de patrimônio:

“... uma nova visão do Patrimônio Cultural Brasileiro em sua diversidade de manifestações, tangíveis e intangíveis, consagradas e não consagradas, como fonte primária de conhecimento e aprendizado [...] ou ainda como instrumento de motivação, individual e coletiva, para a prática da cidadania, o resgate da auto-estima dos grupos culturais, e o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre as gerações”. (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999. p.5).

A valorização da cultura local tem a responsabilidade para a preservação da história vivida. Através do processo entre comunidade e instituição, surge a possibilidade de reconhecer nos indivíduos a realidade de vida de cada um e pode-se trabalhar aspectos que desenvolvam a percepção cultural dentro de cada localidade.

O reconhecimento da diversidade cultural, leva a entender que cada manifestação possui sua peculiaridade e sua importância dentro da sociedade. O

patrimônio cultural do litoral paranaense não pode estar restrito aos bens reconhecidos nacionalmente ou internacionalmente, mas precisa-se valorizar e recuperar os bens até hoje anônimos que não estão ao alcance de todos, mas que tem sido preservado pelos remanescentes de comunidades originárias.

Como expressão da nossa preocupação com esta questão social, no litoral paranaense, pretende-se enviar este documento as autoridades locais, no sentido de focar a urgência de ações que venham a viabilizar a implantação de um Museu no Município de Matinhos, para permitir que os direitos ao reconhecimento e a apropriação da cultura local sejam garantidos.

Mauren Ferreira Lopes

Matinhos, 06 de novembro de 2010

BIBLIOGRAFIAS

- BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. São Paulo: Papirus, 2000.
- BIGARELLA, João José, 1923. **Matinho**: homem e terra, reminiscências... ed. 3. ampl. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.
- BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: T.A., 1983.
- CATÁLOGO MUSEU PARANAENSE. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.
- CHAGAS, M. **Museália**. Rio de Janeiro: JC Editora, 1996, 124p.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. ed. 2. Bauru: EDUSC, 2002.
- CRUZ, M. R. **Museus reflexões**. – Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.
- FERNANDES, J. L. **Museu Paranaense**: resenha histórica (1876-1936). Curitiba: [s.n]
- FREYRE, G. **Ciência do Homem e Museologia**. Recife: IJNPS, 1979.
- GIRANDY, D. **O museu e a vida**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória; Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; Belo Horizonte: UFMG, 1990.
- HAUPT, J. ; NUNES, M. D. **Oitenta anos de vida do Museu Paranaense**. Curitiba, 1956.
- HOBSBAWM, E. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HORTA, M. L. P. de; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia básico de educação patrimonial**. IPHAN: Museu Imperial, Brasília: 1999, p.7.
- LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 199p.
- LE GOFF, J. **História e memória**. São Paulo: Campus, 1994.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. ed. 34. São Paulo: [s.n], 1999.
- LÉVY, P. **As Tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da informática**. ed. 34. Rio de Janeiro: [s.n], 1993
- LOPES, M. M. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Ucitec, 1997.

MELO, J. N. de. **Políticas Públicas: Questionamentos do Patrimônio Histórico Cultural de Matinhos.** Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, Matinhos: 2009.

MENDONÇA, E. S. de. **A Extensão Cultural nos museus.** Imprensa Nacional. Recife: 1934, p. 46

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional.** São Paulo: Brasiliense, 1985

POSTMAN, N. **Museus: geradores de cultura.** Haia: 1989. Palestra proferida durante a 15ª Conferência Geral do Conselho Internacional dos Museus. ICOM, 1989

SANTOS, M. C. M. **A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania.** In: Repensando a ação cultural e educativa dos museus. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1993

SCHEINER, T. C. M. **Museus e Museologia: uma relação científica?** Ciências em Museus, vol.1. Belém: 1989.

SCHWARCZ, L. K. M. **O nascimento dos museus brasileiros, 1980-1910.** São Paulo: Vértice, 1989.

SUANO, M. **O que é Museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TREVISAN, E. **A gênese do Museu Paranaense (1874-1882).** Curitiba, 1976.

TRINDADE, M. B. R. **Iniciação à Museologia.** Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p.163-183.

VARINE, H. de. **Nova Museologia: Ficção ou Realidade.** In: Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre. **Museologia Social.** Porto Alegre: 2000.

TRIGUEIROS, F. S. dos. **Museus, Sua Importância na Educação do Povo.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1956.

TRIGUEIROS, F. S. dos. **Museu e Educação.** Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1958.

REFERÊNCIAS DIGITAIS

MUSEUS, Museologia e o patrimônio universal. **Revista Museu**. Disponível em: <<http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=12838>>. Acesso em: 25/11/2010

EDUCAÇÃO patrimonial: escola, aluno/professor e sociedade. **Web Artigos.com**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/31672/1/Educacao-patrimonial-escola-alunoprofessor-e-sociedade/pagina1.html#ixzz16XW7P7gR>>. Acesso em: 20/11/2010

OS MUSEUS e o ensino de História. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/perspectivas/anais/GT1603.htm>>. Acesso em: 23/11/2010

MUSEOLOGIA e museus: princípios, problemas e métodos. **Cadernos de Sociomuseologia**. Disponível em: <http://www.icom.org.br/CadernosSociomuseologia%5B1%5D.pdf>
Acesso em: 20/10/2010

BRUNO, Cristiana. *In*: MUSEOLOGIA e museus: princípios, problemas e métodos. **Cadernos de Sociomuseologia**. Disponível em: <http://www.icom.org.br/CadernosSociomuseologia%5B1%5D.pdf>
Acesso em: 20/10/2010

ANEXO I - Política e Legislação de Museus - IBRAM

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS

Uma das primeiras ações do Ministério da Cultura, na gestão 2003-2006, foi propor linhas programáticas para uma política nacional voltada para o setor museológico brasileiro. Após um longo e proveitoso debate com a comunidade museológica, o Ministério da Cultura lançou no mês de maio de 2003, as bases da política do governo federal para o setor, com a apresentação do caderno *Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania*.

O objetivo da política, disposto no documento, é “promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país”.

Para tanto, a Política Nacional de Museus apresenta sete eixos programáticos, que norteiam as ações a serem desenvolvidas:

- 1) Gestão e configuração do campo museológico;
- 2) Democratização e acesso aos bens culturais;
- 3) Formação e capacitação de recursos humanos;
- 4) Informatização de museus,
- 5) Modernização de infra-estruturas museológicas;
- 6) Financiamento e fomento para museus e
- 7) Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos.

Compreendendo que toda e qualquer política pública somente se consolida quando apropriada pela sociedade, o governo federal criou o Sistema Brasileiro de Museus, órgão responsável pela gestão da Política Nacional de Museus. O caráter abrangente e democrático de sua estrutura visa a torná-lo um instrumento legítimo de desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

CADASTRO NACIONAL DE MUSEUS

Cadastro Nacional de Museus é um instrumento do Sistema Brasileiro de Museus criado com o objetivo de conhecer e integrar o universo museal brasileiro. Sua força e importância estão relacionadas ao caráter censitário de sua ação. Um outro ponto que merece destaque é a metodologia diferenciada do levantamento de dados, que conta com o trabalho de pesquisa local realizado por assistentes treinados.

Foi com este espírito que, desde o seu lançamento, em março de 2006, até os dias atuais, a atividade do Cadastro Nacional de Museus já mapeou o universo de mais de 2500 instituições museológicas em todo o país. Acredita-se que, com o trabalho de divulgação das características, atividades e serviços dos museus cadastrados, pode-se contribuir de forma efetiva para as seguintes ações: diagnóstico do setor museológico, planejamento de ações de políticas públicas de cultura e o desenvolvimento de diferentes linhas de pesquisa.

O Cadastro Nacional de Museus é uma iniciativa do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, em consonância com as ações estabelecidas na Política Nacional de Museus. Sua implantação e desenvolvimento são patrocinados pelo Ministério da Cultura, em parceria com o governo espanhol, por intermédio da Organização dos Estados Ibero-Americanos.

Definição de 1956:

Museu é um estabelecimento de caráter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras o conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários.

Definição aprovada pela 20ª Assembléia Geral.

Barcelona, Espanha, 6 de julho de 2001:

Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade. Além das instituições designadas como “Museus”, se considerarão incluídas nesta definição:

- Os sítios e monumentos naturais, arqueológicos e etnográficos
- Os sítios e monumentos históricos de carácter museológico, que adquirem, conservam e difundem a prova material dos povos e de seu entorno;
- As instituições que conservam coleções e exibem exemplares vivos de vegetais e animais – como os jardins zoológicos, botânicos, aquários e vivários;
- Os centros de ciência e planetários;
- As galerias de exposição não comerciais
- Os institutos de conservação e galerias de exposição, que dependam de bibliotecas e centros arquivísticos
- Os parques naturais
- As organizações internacionais, nacionais, regionais e locais de museus
- Os ministérios ou as administrações sem fins lucrativos, que realizem atividades de pesquisa, educação, formação, documentação e de outro tipo, relacionadas aos museus e à museologia
- Os centros culturais e demais entidades que facilitem a conservação e a continuação e gestão de bens patrimoniais, materiais ou imateriais
- Qualquer outra instituição que reúna algumas ou todas as características do museu, ou que ofereça aos museus e aos profissionais de museus os meios para realizar pesquisas nos campos da Museologia, da Educação ou da Formação.

OUTUBRO/2005

"O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas

manifestações;

II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.

Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas."

ANEXO 2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS**LEI Nº 203/87****SÚMULA “TOMBAMENTO PARA CONSERVAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO”**

A CÂMARA MUNICIPAL DE MATINHOS, Estado do Paraná, Decretou e eu Prefeito Municipal, sanciono a Lei:

ARTIGO 1º - A Igreja de São Pedro situada à Rua Pref. Dr.º Roque Vernalha fica reconhecida como bem de valor histórico e turístico cuja conservação é do interesse público pela vinculação com a história de Matinhos.

PARÁGRAFO ÚNICO – O bem a que se refere o presente será o de nº 01, depois de publicado em órgãos de imprensa oficial do Município de Matinhos.

ARTIGO 2º - A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS, notificará ao proprietário para anuir ao tombamento ou para impugnar no prazo de 15 (quinze) dias a constar do recebimento da notificação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Se houver impugnação o Tombamento será reconsiderado e ratificado ou não.

ARTIGO 3º - A estrutura da Igreja de São Pedro bem como seu entorno imediato não mais poderão ser atribuídos, demolidos ou mutilados.

ARTIGO 4º - Todas as obras de manutenção ou reforma do bem deverão ser previamente autorizados pela Câmara Municipal.

ARTIGO 5º - os atentados cometidos contra a coisa tombada são equiparados aos cometidos ao Patrimônio Nacional.

ARTIGO 6º - Esta resolução entrará em vigor 15 (quinze) dias após sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

28 de dezembro de 1987

Mário Pock

Prefeito Municipal